

PEDAGOGIAS DA CISPASSABILIDADE, *SCRIPTS* DE GÊNERO E EXISTÊNCIAS TRANS

Daniella Vieira Magnus¹
Jane Felipe²

Resumo: O presente artigo visa discutir sobre alguns dos engendramentos produzidos pelas pedagogias de gênero na construção de homens e mulheres a partir da lógica cisheteronormativa na atualidade. Também se propõe a discutir e pensar criticamente sobre a operação de Pedagogias da Cispassabilidade sobre os corpos e as performances dos indivíduos, visando adequá-los, discipliná-los, produzi-los e “corrigi-los” a serem “cispassáveis” (inteligíveis), ancorados em *scripts* de gênero estabelecidos nas sociedades. A partir do referencial teórico dos estudos de gênero, em uma abordagem pós-estruturalista de análise, o artigo objetiva refletir sobre os tensionamentos produzidos por tais pedagogias sobre as existências de docentes transgênero que atuam/atuavam na Educação Infantil.

Palavras-chave: Pedagogias da Cispassabilidade; Pedagogias de Gênero; *Scripts* de Gênero.

Pedagogies of Cispassability, Gender Scripts and trans existences

Abstract: Abstract: This article aims to discuss some of the engenderings produced by gender pedagogies in the construction of men and women based on current cisheteronormative logic. It also proposes to discuss and think critically about the operation of Pedagogies of Cispassability on the bodies and performances of individuals,

¹ Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).

E-mail: daniella-magnus@uergs.edu.br. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-5872-0906>.

² Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).

E-mail: janefelipe.souza@gmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-4802-2113>.

aiming to adapt them, discipline them, produce and “correct” them to be “cispassable” (intelligible) , anchored in gender scripts established in societies. Based on the theoretical framework of gender studies, in a post-structuralist approach to analysis, the article aims to reflect on the tensions produced by such pedagogies on the existence of transgender teachers who work/work in Early Childhood Education.

Keywords: Passability Pedagogies; Gender Pedagogies; Gender Scripts.

AS PEDAGOGIAS DE GÊNERO E SUAS TECNOLOGIAS

As pedagogias não estão presentes somente nos arranjos das instituições educacionais. Suas atuações também ocorrem fora dos muros da escola, como parte de toda a produção cultural que constitui o indivíduo e sua subjetividade. De acordo com Jorge Larrosa (1995), as práticas pedagógicas produzem ou transformam a experiência que os indivíduos têm de si e lhes permitem constituir-se em sujeitos. Tanto as atividades propostas nos ambientes escolares e acadêmicos, nos grupos informais (religiosos, terapêuticos, etc.), quanto os reproduzidos por artefatos culturais (como filmes, propagandas, revistas, novelas, etc.) são portadores de intencionalidade pedagógica e instituem valores em torno das pessoas. Por meio desse caráter educativo, as pedagogias assumem discursos normativos para regulação e prescrição do que é admitido como natural dentro de cada sociedade, e produzem uma lógica, também normativa, de construção de corpos. Para Viviane Camozzato (2014, p. 584), elas parecem estabelecer um “elo articulador entre, de um lado, ensinamentos e, de outro, práticas que são adotadas para que cada um opere sobre si mesmo, fazendo (ou não) com que os ensinamentos – articulados a discursos – de uma cultura atuem e façam parte de cada existência”.

Existe, portanto, uma construção cultural sobre o corpo, que para Silvana Goellner (2010, p. 73) “são conferidas diferentes marcas em diferentes tempos, espaços, conjunturas econômicas, grupos sociais, étnicos etc.” Para a autora, ele não é algo que temos, mas algo que somos.

Mais do que um conjunto de músculos, ossos, vísceras, reflexos e sensações, o corpo é também a roupa e os acessórios que o adornam, as intervenções que nele se operam, a imagem que dele se produz, as máquinas que nele se acoplam, os sentidos que nele se incorporam, os silêncios que por ele falam, os vestígios que nele se exibem, a educação de seus gestos... enfim, é um sem limite de possibilidades sempre reinventadas, sempre à descoberta e a serem descobertas. Não são, portanto, as semelhanças biológicas que o definem, mas fundamentalmente os significados culturais e sociais que a ele se atribuem (GOELLNER, 2008, p. 28).

Em outras palavras, os sujeitos são ajustados e socialmente contextualizados por meio de maquinarias que são engendradas discursivamente na cultura. Seus corpos são normalizados, operacionalizados e naturalizados por pedagogias dualistas (normal e anormal, certo e errado) em diversos espaços institucionais e são posicionados dentro de uma cultura, frequentemente, tendo em vista suas aparências.

É importante enfatizar que as culturas, por meio de suas artimanhas, agem de maneira diferente sobre os corpos na maioria das sociedades. Ao lançarmos um olhar sobre os gêneros, percebemos que o masculino e o feminino não são “reconhecidos” ou compreendidos da mesma maneira em todas as regiões do mundo. Para Guacira Louro (2003), geográfica e historicamente os significados atribuídos aos corpos mudam.

Existem, no entanto, em praticamente todas as sociedades, pedagogias de gênero que são guiadas pelo o que Jane Felipe (2019) intitulou como *Scripts* de Gênero, referindo-se às normas, prescrições e roteiros, propagados (e impostos) por meio de diversos discursos (religiosos, médicos, psicológicos, jurídicos, midiáticos) e instituições (familiares, escolares, etc.) que ditam como os indivíduos devem ser e se comportar de acordo com cada sexo. Para a autora, os sujeitos são capturados pelas malhas do poder, que estabelecem políticas de verdade e operam máquinas que se encarregam do governmentamento de seus corpos e performances.

Berenice Bento (2004, p. 125) afirmou que a partir do momento em que a família descobre o sexo do bebê já começa a carregar “[...] um conjunto de expectativas sobre seus gostos, seus comportamentos e sua sexualidade”. Após a chegada ao mundo, esses corpos passam a ser alvos de práticas disciplinares (neste estudo também compreendidas como práticas pedagógicas) para que não fujam e escapem dos roteiros estabelecidos.

A operacionalização das pedagogias de gênero se dá, portanto, a partir de *scripts*, que roteirizam os comportamentos considerados cabíveis para homens e mulheres. Elas se utilizam desses estabelecidos e conduzem os corpos e suas performances como um projeto a ser construído de maneira continuada e permanente.

Felipe (1999, p. 23) colocou em relevo que:

achar, por exemplo, que mulheres/meninas são naturalmente mais sensíveis ou que os homens/meninos são mais agressivos são ideias muito difundidas hoje em dia e que precisam ser problematizadas e historicamente compreendidas. Há um enorme investimento da sociedade em geral para que os sujeitos sejam ou se comportem desta ou daquela forma, que gostem de determinadas coisas em função de seu sexo.

Insta mencionar que a ideia de homem e mulher, masculino e feminino, só é concretizada de maneira eficiente por meio da repetição ou da citação constante, conforme propôs Judith Butler com a Teoria da Performatividade (2003). Os atos performativos, para a autora, sustentam e reforçam as identidades hegemônicas. Nesse contexto, meninos são tensionados a produzir performances de gênero que correspondam a expectativa cultural, política, estética, e, sobretudo, social do que é representado pela masculinidade hegemônica (SEDGWICK, 1991). São ensinados que ser homem é diferente de ser mulher, e que devem rejeitar a feminilidade em seu próprio corpo, para que seja distinguido das "mulherzinhas" e dos

“veados”, ou seja, aquelas/es que socialmente são consideradas/os “não-homens” (SANTOS, 2008).

A performatividade não seria, portanto, o resultado de um ato consciente, mas de uma prática repetitiva. Os discursos, de acordo com Butler (2003), interpelam os sujeitos e, por isso, as identidades não são fixas, desdobrando-se de acordo com cada um deles. No entanto, para Paul Preciado (2014) o gênero não é simplesmente performativo, mas, antes de tudo “prostético”, ou seja, construído e ao mesmo tempo inteiramente orgânico, pois se dá na materialidade dos corpos. O autor propõe a substituição do contrato social, denominado “Natureza”, por um “Contrato Contrassexual”. Nele, os corpos se reconhecem a si mesmos não como homens ou mulheres, mas como corpos falantes. Assim, a sociedade contrassexual se dedicaria à desconstrução sistemática da naturalização das práticas sexuais e do sistema de gênero.

A partir do exposto, concebemos que os corpos já nascem maculados pela cultura. Já se originam “cirurgiados” por tecnologias discursivas precisas que irão orientar e validar as formas adequadas e impróprias do gênero, conforme afirmou Bento (2006). Nesta lógica normalizada, os gêneros dos corpos são configurados por meio dos diálogos com os *scripts*, as pedagogias e as performances que os regulam.

AS EXISTÊNCIAS TRANS E SEUS TENSIONAMENTOS

O ser humano está em constante transformação e é formado por uma totalidade múltipla e diversa. Para Louro (2000), os sujeitos possuem identidades transitórias e contingentes, com caráter fragmentado, instável, histórico, plural e passível de transformação.

[...] estão continuamente se construindo e se transformando. Em suas relações sociais, atravessadas por diferentes discursos, símbolos, representações e práticas, os sujeitos vão se construindo como masculinos ou femininos, arranjando e desarranjando seus lugares

sociais, suas disposições, suas formas de ser e de estar no mundo. Essas construções e esses arranjos são sempre transitórios, transformando-se não apenas ao longo do tempo, historicamente, como também transformando-se na articulação com as histórias pessoais, as identidades sexuais, étnicas, de raça, de classe (LOURO, 1997, p. 28).

No que se refere às identidades de gênero é possível afirmar que são as maneiras como os indivíduos se percebem como integrantes de um grupo social determinado. As "transidentidades", foco deste artigo, abrigam diferentes formas de dissidência em relação à norma instituída pela divisão sexual binária. Da identificação cruzada, resultam as chamadas pessoas transgênero, isto é, aquelas que fogem à conformidade socialmente esperada entre o seu sexo genital e a categoria de gênero em que foram enquadradas ao nascer. Bento (2006, p. 16) afirmou que “[...] há muitas possibilidades de se fazer gênero, para além de uma relação retilínea do tipo mulher-feminino, homem-masculino”, contrariando, dessa maneira, o arranjo que costuma ser compulsoriamente costurado e designado como “inteligível” nas sociedades.

Sujeitos trans nos informam que não há uma identidade de gênero única, mas sim uma diversidade de existências subalternizadas em busca de legitimação. Travestis, transexuais e pessoas não-binárias denunciam constantemente essa invisibilidade, lutam por reconhecimento e tensionam crenças que podem ser encontradas nos discursos das religiões (na categoria pecado), da medicina (nas categorias normalidade/anormalidade) e da educação (nas categorias desvio/correção), entre outras.

A partir dos Estudos *Queer* - que tem como alicerce de seus posicionamentos a analítica de poder de Michel Foucault (1979) - intensificaram-se as ações contrárias à concepção binária de sexualidade e de gênero, partindo do pressuposto de que as identidades variam, são fluidas e instáveis. Muitos grupos

questionam, atualmente, os arranjos binários (masculino e feminino, heterossexual e homossexual, etc.) e enfatizam que eles interferem na fluidez das identidades, pois as condicionam a apenas duas. De acordo com Louro (2008), os/as teóricos/as *queer* acreditam que é necessário empreender uma mudança epistemológica que efetivamente rompa com essa lógica e seus efeitos.

Bento (2008) ressaltou que esse sistema, fundamentado na diferença sexual, normatiza, polícia e vigia os possíveis deslizos. Quando os indivíduos tentam construir suas identidades mediante deslocamentos, sofrem embates sociais, pois “a norma de gênero repete que somos o que nossas genitálias informam”.

Amparados em uma matriz cultural, os “gêneros inteligíveis”, para Butler (2003, p. 38), “[...] instituem e mantêm relações de coerência e continuidade entre sexo, gênero, prática sexual e desejo.” Assim, por meio de um regime de poder, garante-se a existência de certas identidades e a exclusão de outras. Vale destacar que tanto a mulher trans, quanto a mulher cis (considerada socialmente como “original”) desempenham atos que produzem uma identidade considerada feminina, devido a repetição estilizada desses mesmos gestos (paródia de gênero).

Tomando as identidades de transexuais e de travestis como recorte empírico, constatamos que existe um esforço por parte de alguns/as militantes em definir limites entre elas. A demarcação apontada coloca em relevo que pessoas travestis assumem identidades e *scripts* de gênero próprios, não se reconhecendo como homens ou como mulheres, mas como membros de um terceiro gênero ou de um “não-gênero”, e possuem seus próprios valores no limiar daquilo que é relacionado como “feminino” e “masculino” (BENEDETTI, 2005; JESUS, 2012), e que pessoas transexuais reivindicam o reconhecimento social e legal como homens ou mulheres, não se sentindo adequadas ao gênero e ao sexo designados no nascimento.

Apesar desse embate, o ativismo trans não tem uma resposta única e coesa sobre a diferença entre travestis e transexuais, pois não é fácil traçar limites rígidos que separem essas identidades. Também existe uma preocupação em estabelecer diferenças que reforcem ainda mais a segregação de quem não se encaixa - e de quem não quer se encaixar - nas características traçadas. Amara Moira (2017, p. 30) usa o termo travesti como sinônimo de mulher transexual, pois, para ela, “não é possível reconhecer no ‘olhômetro’ quem é travesti e quem é mulher transexual, seja porque tentativas de distinguir entre ‘aquela que quer cirurgia’ e ‘aquela que não quer’ em geral redundam apenas em maior estigmatização da travesti”.

Ao defender as diversas posições identitárias dos sujeitos, e tentar desconstruir a ideia de um “transexual universal” - que implementa tratamentos na clínica médica supostamente válidos para todas as pessoas transexuais -, Bento (2008, p. 23) apresentou o conceito de “Dispositivo da Transexualidade”, que se refere aos saberes que produzem “verdades” sobre os corpos trans.

Os indicadores eleitos para medir níveis de feminilidade e de masculinidade presentes nas/os demandantes às cirurgias são os mesmos adotados para medir as condutas de um homem/uma mulher biológico/a [...]. A construção do ‘transexual oficial’ baseia-se na produção de um saber específico que o separou das outras transidentidades, para se chegar à determinação final: ‘o transexual de verdade’ não apresenta nenhum ‘problema biológico’, mas tem certeza absoluta que está em um corpo equivocado. Segundo essa concepção, a cirurgia para as/os transexuais seria a única possibilidade para encontrarem um lugar e um sentido identitário.

Partindo da concepção de “dispositivo” no pensamento de Foucault (1977), que emerge em um determinado momento histórico para responder a uma urgência, o Dispositivo da Transexualidade, proposto pela autora, opera no sentido de interferir, em níveis variados, na organização das subjetividades de pessoas transgênero, e age de duas maneiras: primeiro, tentando interditar em seus

processos de transição, trazendo discursos das ciências biológicas (que afirmam que o sexo é definido a partir dos cromossomos das pessoas, e que, nesse sentido, o gênero deveria obedecer a essa lógica); segundo, regulando seus processos de transição para que ocorram de acordo com um padrão cisheteronormativo, fundamentado a partir de saberes, poderes e discursos históricos referentes aos *scripts* de gênero que homens e mulheres devem assumir.

Diante desse contexto, observamos que algumas mulheres transexuais, por exemplo, tentam constantemente provar que suas "almas de mulher" provêm desde o nascimento, pois essa característica as posicionam dentro do diagnóstico de "transexualismo verdadeiro", legitimando as suas demandas frente às instituições médicas e jurídicas. Esse diagnóstico também alivia o peso das acusações sociais de conduta desviante (ZAMBRANO, 2006). Enunciados como esses surgem, muitas vezes, como estratégia de atender aos roteiros estabelecidos socialmente, e que costumam ser mais rigorosos e cobrados em relação às pessoas transgênero. É como se a sociedade dissesse: "não é possível ficar no meio do caminho, se quer passar para o outro lado, tem que se parecer o mais próximo possível com o que é definido socialmente como um homem ou com uma mulher cisgênero".

Operam-se, portanto, sobre os corpos e as performances de sujeitos trans, a partir da decisão de "transicionar de gênero", o que chamamos de Pedagogias da Cispassabilidade. Essas estratégias pedagógicas, orquestradas por *scripts* estabelecidos na cultura, visam o "apagamento" das marcas do gênero impostas ao nascimento e o engendramento de tecnologias de dominação e controle, conforme aponta a próxima seção deste artigo.

AS PEDAGOGIAS DA CISPASSABILIDADE E O REINO DA NORMALIDADE

A passabilidade (de “passar por”), compreendida como a capacidade de um indivíduo ser considerado membro de uma categoria identitária diferente da sua - que pode incluir identidade racial, classe social, identidade de gênero, identidade sexual, etc. -, apesar de ser observada neste artigo no espectro do sexo/gênero, está longe de ser uma única experiência identitária ou corporal.

Ao nos debruçarmos sobre a passabilidade exercida por sujeitos transgênero, levamos em consideração que ela “nos informa fundamentalmente sobre sexo, e não fundamentalmente sobre gênero, ainda que a questão da identificação generificada, autoatribuída ou não, faça parte dos processos de reconhecimento” (DUQUE, 2020, p. 34). Culturalmente temos a tendência de vincular atributos que expressam a masculinidade como sendo de “macho” - ou propriedades dos homens -, e atributos que expressam a feminilidade como sendo de “fêmea” - ou propriedades das mulheres. Nesse sentido, o “passar por” se refere a homens e mulheres que são lidos socialmente como “biológicos” (cisgênero), ou seja, o que é invisibilizado é o sexo desses indivíduos.

“Passar por cis”, de acordo com Leticia Lanz (2017, p. 288),

envolve simular, da maneira mais convincente possível para o olhar do outro, as características sexuais primárias e secundárias da categoria de gênero que se pretende expressar em público, junto com a respectiva indumentária e o comportamento socialmente aprovado.

Trata-se de uma equação simples em que passar é igual a ser reconhecida e aceita pela sociedade. “Quanto mais passável, mais habilitada ao convívio ‘normal’ no mundo cisgênero-heteronormativo e menos estigmatizada e violentada como transgressora de gênero” (LANZ, 2017, p. 285). Howard Kaplan (2006) ressaltou que do mesmo modo que a transgressão da norma é severamente punida, a

conformidade com a norma é generosamente recompensada, ainda que, muitas vezes, a recompensa não seja mais do que a pessoa ser poupada da punição.

Nesse contexto, identificamos a existência de Pedagogias da Cispassabilidade, que funcionam com o objetivo de escolarizar, disciplinar, adequar e produzir corpos e/ou performances “cispassáveis” (inteligíveis) na sociedade. Inferimos que tais pedagogias estão presentes no cotidiano dos indivíduos e relacionam-se com a produção de aprendizagens baseadas em modelos estabelecidos socialmente.

Por vezes sutis e discretas, essas pedagogias legitimam corpos e performances de homens e mulheres (cisgênero ou transgênero) que conseguem se enquadrar aos modelos binários de gênero. No entanto, reprimem, marginalizam e “corrigem” aqueles que não atendem a essas exigências. Existem características em relação ao que a sociedade identifica como homem ou mulher - como roupas “certas” para cada gênero, além de maneiras de gesticular, de posicionar o corpo, de entonar a voz, etc. - que fazem com que cada indivíduo se aproxime de uma feminilidade ou masculinidade hegemônica.

Apesar do gênero estar ligado ao sexo, conforme informamos anteriormente, é importante destacar que existem mulheres cisgênero que não são lidas socialmente com essa identidade, fazendo com que seus corpos fronteiros perturbem o código binário (cis-trans), como é o caso de Mirella Santos, que afirmou que quase foi deportada, em Dubai, por ter sido confundida com uma mulher trans. A modelo e influenciadora digital relatou que foi parada na alfândega do país e que muitos homens avaliaram seus documentos e começaram a rir. Sem entender o que estava acontecendo, foi conduzida por duas policiais a uma sala reservada.

Eu olhei para a indiana (que era a guia do casal) e falei assim ‘o que está acontecendo?’ E ela falava assim: ‘Você

já trocou o seu passaporte?’ e eu falei ‘não, nunca’. Aí ela começava a falar e eu não entendia, então pedi para escrever. E ela assim: ‘Você fez mudança de sexo? Transgênero?’ (QUEIROZ, 2022, p. 02).

A partir da narrativa apresentada é possível reconhecer que a genitália não é suficiente para fazer com que uma pessoa seja reconhecida como mulher ou homem cisgênero, mas uma associação entre o corpo inteiro e as performances que devem atender aos *scripts* de gênero “projetados” a cada um dos sexos.

Luma de Andrade (2012, p. 20) relatou que na escola passou por uma vigília constante, tanto em relação às brincadeiras, quanto em relação aos gestos performados.

Vivenciei e vivencio em minha história de vida o estar travesti como aluna e professora da educação básica e ensino superior, e ratifico que para chegar até aqui foi necessário penetrar nas regras do jogo disciplinar e normativo da escola e da sociedade, a fim de criar ‘linhas de fuga’ que me tirassem de uma situação de marginalidade perpétua, mesmo que muito bem vigiada, preparada a todo instante para receber punição. Aprendi desde muito cedo que o menor dos meus erros poderia ser desculpa para uma retaliação.

Ao contar com mais de 200 professores/as travestis e transexuais em sua pesquisa, Marco Antônio Torres (2012) identificou que algumas educadoras se declararam socialmente como “pseudo-hermafroditas”. Outras relataram ter se utilizado dessa estratégia em algum momento de suas vidas, ou simplesmente apresentavam-se como “hermafroditas”, seja para arrumarem namorados, seja para conseguirem um trabalho, seja para socializarem com outras pessoas, etc. Para Almeida (2012, p. 518) existem homens trans que também rejeitam o termo transexual, “porque veem a transexualidade como algo transitório que será superado pelo acesso às tecnologias médicas/cirúrgicas e ao reconhecimento judicial”.

Tiago Duque (2019) destacou que se por um lado, a passabilidade trans possibilita “maior reconhecimento social” das transidentidades, proporcionando conforto psíquico e segurança social, “por outro lado pode ser uma armadilha cis-sociopolítica que pode corroborar a ciscolonização, a invisibilização, o apagamento e a deslegitimação social das identidades trans e de outras identidades de gênero dissidentes”.

Para algumas/alguns travestis e transexuais, a ação de empurrar seus corpos para o “silêncio do armário”, por meio das Pedagogias da Cispassabilidade, pode gerar traumas irreparáveis, mesmo que em determinado contexto de suas vidas seja estratégico/necessário assumir uma performance que as/os levem para dentro” dele. Para outras/os, a busca pela ocultação de suas identidades de gênero pode livrá-las/os do desemprego, do assédio, da exclusão e da perseguição.

Em entrevista à Alexia Carpilovsky (2022, p. 02), uma estudante transgênero do curso de História da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), relatou que conseguiu se adaptar à empresa em que estagiava porque se apresentava e se expressava da maneira que os padrões da normalidade do mercado de trabalho almejam. Para ela, “a aceitação da mulher trans se dá conforme o grau de ‘passabilidade’: quanto mais ela se parece com uma pessoa cis, menos violências vai viver, inclusive no ambiente de trabalho”. A entrevistada também afirmou que o grau de passabilidade tem forte ligação com a independência financeira, pois para modificar e manter o corpo trans é necessário um grande investimento financeiro.

Observamos que “a adequação do corpo” pelas pessoas trans, provém, em alguns casos, da ocorrência de interpelações sociais sobre suas identidades. A partir disso desencadeia-se um anseio ávido por obterem alguma legitimidade pela via do corpo,

fazendo com que lancem mão de um conjunto de tecnologias hormonais e estéticas.

Bento (2006, p. 106-107) cita algumas das técnicas e artifícios corporais utilizados por esses sujeitos - representados, na concepção foucaultiana, como “técnicas de si” -, para se adequarem às características sociais do gênero com o qual se identificam.

A utilização de faixas que apertam os seios, técnicas para esconder o pênis, camisetas com gola alta para não mostrar o pomo de adão, perucas, maquiagens para disfarçar os sinais de barba são algumas das técnicas utilizadas na busca de uma coerência entre as performances de gênero e o corpo apropriado para desenvolvê-las.

A questão da voz costuma ser uma das principais queixas de travestis e transexuais, pois ela, quando não aguda ou grave, pode acusar suas condições biológicas. Em muitas situações é a voz que as/os "denunciam", prejudicando determinada performance. De acordo com Marcos Benedetti (2005, p. 63), “a transformação da fala é feita forçando-se diariamente a voz, de forma que as palavras e os fonemas sejam pronunciados em um tom mais agudo, normalmente em falsete. Com o hábito, a nova conformação da voz acaba se impondo no cotidiano”.

No processo de constituição das travestilidades e transexualidades, as tecnologias utilizadas vão desde a utilização de hormônios até a “bombaço” de silicone industrial. Estudos apontam que o silicone industrial chegou ao Brasil na década de 1980 (BENEDETTI, 2005; KULICK, 2008). Esse material, que não tem indicação para ser aplicado em seres humanos, é utilizado na lubrificação de máquinas, na lustração de painéis e de rodas de automóveis, e na vedação na construção civil. Nas embalagens do produto contêm advertências de que não deve ter contato com a pele e inalação, devendo sua aplicação ocorrer somente em locais ventilados pelo risco de intoxicação. No entanto, diante da

determinação (e da angústia) de adequarem seus corpos a suas identidades de gênero frente à severa rejeição social de que são alvo, uma vez percebida sua contrariedade aos *scripts* de gênero estabelecidos, algumas mulheres travestis e transexuais utilizam tal produto, arriscando suas saúdes e suas vidas.

Tal reconhecimento social nem sempre acontece, pois parte dessas pessoas - como no caso de algumas mulheres travestis - acabam rompendo com os limites da feminilidade ao fazer usos excessivos de silicone, descumprindo, com seus corpos modificados, o padrão aceito para o gênero feminino.

Marina Reidel (2014, p. 81) afirmou que a aplicação de silicone industrial fazia parte de uma “cultura de produção de corpos exagerados e com marcas visíveis da identidade. Hoje, percebe-se que ser ‘top’ no mundo trans é buscar a feminilidade sem exageros e sem carregar a marca da identidade”. No entanto, é comum que travestis passem por um processo contínuo de produção de subjetividade marcado pela construção constante, pelo nomadismo, pela transitoriedade; enfim, pela descontinuidade e pelo enfrentamento às categorias e normas estabelecidas (PELÚCIO, 2013).

A advogada transexual - idealizadora do “Transemprego” -, Márcia Rocha, destacou, em entrevista à Marcela Marcos (2021, p. 01), que mulheres trans têm mais dificuldade de conseguirem emprego, “pois dão muito na vista, apesar de terem algumas mais ‘passáveis’, mas, que em que geral, o preconceito contra elas é maior por causa das travestis [...]”. A ideia que expressa oposição (por meio da locução adverbial “apesar de”) em relação ao outro segmento do enunciado, informa-nos que se o corpo estiver o mais próximo possível do “inteligível”, o “sexo” pode até ser relativizado e as chances de ser aceito socialmente pode aumentar significativamente, mesmo depois da revelação de que não se tem uma mulher biológica.

Felipe Franklin da Costa (2020) informa que os homens transexuais, por possuírem maior passabilidade, conseguem circular no meio social sem terem suas identidades trans constatadas, obtendo, assim, maior facilidade para conquistar postos formais de trabalho. Já as mulheres travestis e transexuais por serem menos “passáveis” costumam ser excluídas do mercado de trabalho.

Observamos que nem sempre é possível que o sujeito consiga concretizar o desejo de ter um corpo diferente daquele com o qual “nasceu”: seja por falta de dinheiro para realizar os procedimentos estéticos e para fazer a terapia hormonal, seja pela falta de tempo e/ou paciência de passar por todas as etapas da transição de gênero, etc. Além disso, para a consolidação de uma mudança efetiva desse indivíduo, também é necessário levar em conta vários outros aspectos como, por exemplo, a performance de gênero, e, também, as diversas negociações que precisam realizar para ter alguma aceitabilidade social.

Para Lanz (2017, p. 289), “embora os enormes esforços para mimetizar uma identidade de gênero diferente daquela recebida ao nascer em função de sua genitália, é praticamente impossível a pessoa transgênero escapar por completo do permanente escrutínio no olhar do outro”. Diante desse contexto, não é incomum encontrar mulheres transexuais que já passaram pela cirurgia de redesignação sexual e que continuam treinando constantemente a performance de gênero para que sejam lidas como mulheres cisgênero.

Tendo em vista a exposição feita até aqui, finalizamos esta discussão com algumas questões que pretendem chegar aos objetivos de nossa pesquisa, a ser brevemente apresentada na próxima seção: De que maneira as Pedagogias da Cispassabilidade são operadas sobre os corpos que não se adequam aos *scripts* cisheteronormativos instituídos, mas que “deveriam” manter e reproduzir a norma? O que acontece quando esses corpos que

descolam o sistema “sexo-gênero-desejo” atuam na educação de crianças de pouca idade?

SOBRE AS PEDAGOGIAS DE “PASSAR POR CIS” NA DOCÊNCIA DA EDUCAÇÃO INFANTIL: UM ESTUDO EM CONSTRUÇÃO

O interesse de lançar olhares sobre a atuação de docentes transgênero na Educação Infantil provém da existência de uma “polícia de gênero”, que de acordo com Preciado (2020, p. 71), vigia os berços para transformar todos os corpos em crianças cisgênero e heterossexuais. Nesse contexto, “ou você é heterossexual ou a morte o espera. A norma faz a ronda ao redor dos recém-nascidos, exige qualidades femininas e masculinas distintas da menina e do menino”.

A tese de doutorado em Educação, defendida no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Paraná (UFPr), de Dayana Brunetto dos Santos (2017), intitulada *Docências trans*: entre a decência e a abjeção*, já colocava em relevo a fala de uma de suas entrevistadas (uma professora transexual), que expressou preocupação em atuar como docente na EI por imaginar as possíveis consequências que essa situação desencadearia. O estudo também apontou que “uma vez que outra a questão da Educação Infantil aparece em uma narrativa interessante, demonstrando que existem perguntas a serem feitas e que se articulam às experiências trans a essa etapa de ensino” (SANTOS, 2017, p. 292), além de levantar o seguinte questionamento: “qual o potencial perigo a que professoras trans expõem às crianças?”

Refletimos sobre o questionamento da autora e nos arriscamos a respondê-lo com uma justificativa: os/as docentes transgênero não oferecem risco às crianças, mas à desestabilização das normas hegemônicas que atuam para padronizar os corpos por meio de diversas tecnologias de poder que existem na sociedade. Ao ocuparem o cargo de docentes da EI, sentimentos de receio, de

estranhamento e de rejeição da comunidade escolar podem ser gerados em torno de seus corpos e de suas práticas pedagógicas, pois conforme destacam Guizzo e Felipe (2017), desde muito cedo as crianças vão compreendendo o que é ser menino ou menina e o que é permitido a cada um/a.

Para Beatriz Bagagli e Thayz Atayde (2023, p. 18):

O pânico antitrans pode ser articulado como um argumento para justificar medidas jurídicas que visam supostamente ‘proteger’ os jovens de se ‘contaminarem’ e virarem trans ou, simplesmente, tentam impedir as demais crianças e adolescentes de conviver com pessoas trans, inclusive com seus próprios pares da mesma idade [...]

O estudo que estamos desenvolvendo, desde janeiro de 2022 (sem fonte financiadora), de abordagem qualitativa, tem a seguinte questão de pesquisa: “De que maneira as pedagogias da cispassabilidade operam sobre as corporalidades de docentes transgênero na Educação Infantil? Quando devidamente atendidas, elas podem ser consideradas como um passaporte para o ingresso e a permanência desses/as profissionais na docência de crianças de pouca idade?”

Entrevistas semiestruturadas serão realizadas como ferramenta de coleta de dados (via *Google Meet*, com dia e hora previamente agendados), não apenas com os/as educadores/as transgênero que atuam na EI, mas também com aqueles/as que já atuaram nessa etapa da Educação Básica, para que possamos discutir/refletir sobre a maneira como as Pedagogias da Cispassabilidade age nesse contexto. Até o momento da publicação deste artigo, contamos com uma amostra de oito participantes, localizados/as por meio de produções científicas e bibliográficas, grupos de discussão e indicações de profissionais da área da educação.

O quadro 1 apresenta suas idades, os locais em que habitam, suas formações e o tempo em que atuam/atuaram na EI. Destacamos que apesar de alguns estudos já terem identificado alguns/as participantes, na pesquisa proposta preservaremos o anonimato deles/as, até para que se sintam mais à vontade para discorrer sobre os assuntos a serem abordados. Com esse intuito, utilizaremos o nome de personagens trans de filmes nacionais e internacionais.

Quadro 1 - Perfil dos/as docentes

Docente	Formação	Período
Alice ³ 46 anos, Juiz de Fora/MG	Licenciada em Música; Bacharela em Canto e Especialista em Educação Infantil	1992-Atual
Brandon ⁴ 38 anos, Marília/SP	Licenciado em Pedagogia e Filosofia; Mestre e Doutor em Educação	2018-Atual
Bree ⁵ 52 anos, Porto Alegre/RS	Licenciada em Educação Artística; Mestra em Educação	1997-1999

³ Nome da personagem trans do filme *Alice Junior* (2019), dirigido por Gil Baroni.

⁴ Nome do personagem trans do filme *Meninos não Choram* (2000), dirigido por Kimberly Peirce.

⁵ Nome da personagem trans do filme *Transamérica* (2005), dirigido por Duncan Tucker.

Lili ⁶ 35 anos, Congonhas/MG	Licenciada em Pedagogia; Especialista em Ensino de Artes Visuais	2012 - Atual
Marina ⁷ 46 anos, Salto/SP	Licenciada em Pedagogia e Teatro. Atualmente é mestranda em Educação	2009- Atual
Mickael ⁸ 32 anos, Muriaé/MG	Licenciado em Pedagogia	2013- 2022
Princesa ⁹ 31 anos, Carangola/MG	Licenciada em Pedagogia	2018- 2018
Valentina ¹⁰ 32 anos, Uberlândia/MG	Licenciada em Música; Especialista em Educação Infantil	2022 - Atual

Fonte: Autoras (2023).

Traçamos, também, os seguintes objetivos a serem considerados: a) investigar a ocorrência de práticas de regulação e policiamento sobre os corpos e as performances de gênero desses/as docentes nos espaços de EI; b) verificar como eles/as

⁶ Nome da personagem trans do filme *A garota Dinamarquesa* (2015), dirigido por Tom Hooper.

⁷ Nome da personagem trans do filme *Uma mulher fantástica* (2017), dirigido por Sebastián de Lelio.

⁸ Nome do protagonista trans do filme *Tomboy* (2011), dirigido por Céline Sciamma.

⁹ Nome da personagem do filme *Princesa* (2001), dirigido por Henrique Goldman.

¹⁰ Nome da personagem trans do filme *Valentina* (2021), dirigido por Cássio Pereira dos Santos.

negociam/negociavam com a passabilidade nos espaços de EI e se esse tensionamento sobre suas existências causou impactos emocionais e psicológicos a eles/as; c) identificar quais são/foram os desafios, as resistências e as conquistas que marcam/marcaram suas atuações na docência da EI.

Sofia Favero (2020, p. 31), em sua obra intitulada *Crianças Trans: infâncias possíveis*, expôs as violências que sofreu no ambiente escolar quando foi realizar o estágio obrigatório do curso de Psicologia. Para ela, “sem uma travesti circulando naquele espaço, talvez não fosse possível notar que os estudantes reagiam com riso, chacota e deboche [...], que a possibilidade de exercer uma função profissional com crianças e adolescentes é restrita a corpos (cis)normativos”.

Em meus dias de estágio [...] notava que muitos alunos riam de mim quando notavam que eu era travesti. Não somente riam, às vezes apontavam, faziam brincadeiras, cotovelavam uns aos outros, falavam enquanto eu passava. Nem tudo que era dito eu ouvia, mas lembro de um ‘olha ali sua namorada passando’ ou ‘é homem ou mulher’ (FAVERO, 2020, p. 29).

Na EI, apesar dos poucos (ou quase inexistentes) relatos encontrados em produções bibliográficas, consideramos que os/as docentes transgênero encontram uma maior resistência por parte de colegas e familiares das crianças, levando em conta que é na infância que as crianças alicerçam as aprendizagens que serão construídas ao longo de suas vidas, e que servem de base afetiva, cognitiva e social. Tomamos como referência a experiência relatada pela professora Leona, que ao tomar posse no cargo efetivo do município de Conselheiro Lafaiete/MG, sentiu um forte preconceito por parte dos/as profissionais que atuavam na escola infantil.

Aí eu me efetivei em Lafaiete, fui trabalhar e aí foi uma confusão. Enfrentei muito preconceito, muito preconceito mesmo. Porque era outra cidade, ninguém me conhecia, né e chegou... Quando eu fui ‘nomeado’, eles

estavam esperando o [nome civil] lá, de repente entra uma loira.... [risos]. E foi um deboche! Eles não conseguiram esconder o preconceito deles, mas eu fui firme, falei 'não, é direito meu e eu vou até o fim'. E aí surgiram vários empecilhos no meio desse caminho... que eles fizeram mesmo... para atrapalhar. Eu acredito que é para atrapalhar, né? Não posso provar, mas acredito que sim... para que eu não assumisse... mas, graças a Deus deu tudo certo, a comunidade me recebeu muito bem, a escola que eu fui e eu trabalhei durante um bom tempo (MODESTO, 2017, p. 51).

A docente informou que existiam muitos educadores/as homossexuais na rede municipal - e que eram bem aceitos -, mas, no ensino infantil não possuía homens cisgênero, nem homens e mulheres transgênero. A diretora da escola - que também foi entrevistada no estudo de Rubens Modesto (2017) -, ressaltou que preparou os pais para receber Leona, e que no primeiro dia de aula alguns deles ficaram até o final da aula para “observá-la”. A necessidade de “um olhar atento” sobre o corpo e a atuação da docente tem a ver com a necessidade de “viabilizá-los ou não” naquele espaço, e, sobretudo, de verificar se seu gênero seria “inteligível ou não”. Nesse contexto, um corpo e sua performance construídos no interior da norma - mesmo sendo de uma mulher transexual - poderia adquirir algum sentido e ser legitimado.

Tanto Sofia quanto Leona tentaram se adequar à norma de maneira mais “passável” possível para que não sofressem tantas discriminações nos espaços educacionais. Sofia, após ser apontada pelos/as alunos/as, tentou evitar que esse tipo de situação voltasse a se repetir: optou por falar o menos possível e por se vestir de maneira mais genérica. Não queria chamar a atenção dos/as discentes, dos/as docentes e da direção da escola (FAVERO, 2020). Já Leona, devido ao fato de que sua conduta sempre estava sob vigilância, afirmou que apesar de não saber como deveria se comportar, acabou optando por utilizar roupas mais discretas para trabalhar (MODESTO, 2017). Retratos de uma colonização cisgênero, de violência simbólica, que para Duque (2019, p. 12) “faz com que muitas pessoas

trans se sintam ciscoagidas a imputarem sobre si e suas vidas a cisheteronormatividade, negando-as do seu direito de transexistir diverso”.

É importante destacar que apesar de a pesquisa proposta ter como elemento central o engendramento das Pedagogias da Cispassabilidade sobre os corpos e as performances de docentes transgênero nas creches e nas pré-escolas, buscamos, também, reunir esses/as profissionais e abrir espaço para que possam relatar sobre suas vivências nos espaços infantis.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Guilherme. “Homens trans”: Novos matizes na aquarela das masculinidades? *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 20, n. 2, p. 513-523, 2012.

ANDRADE, Luma de Oliveira. **Travestis na escola: assujeitamento e resistência à ordem normativa**. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2012.

BAGAGLI, Beatriz; ATHAYDE, Thayz. O pânico antitrans e a cisnormatividade. *Cult*, São Paulo, n. 290, ano 26, p. 18-22, 2023.

BENEDETTI, Marcos. **Toda feita: o corpo e o gênero das travestis**. Rio de Janeiro: Garamond, 2005.

BENTO, Berenice. Performances de gênero e sexualidade na experiência transexual. *In: LOPES, Denilson et al. (org.). Imagem e diversidade sexual: estudos da homocultura*. São Paulo: Nojosa, 2004. p. 125-132.

BENTO, Berenice. **A reinvenção do corpo: sexualidade e gênero na experiência transexual**. Rio de Janeiro: Garamond, 2006.

BUTLER, Judith. **Problemas de Gênero: feminismo e Subversão da Identidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.



CAMOZATTO, Viviane. Pedagogias do Presente. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 39, n. 2, p. 573-593, abr./jun. 2014. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/educacaoerealidade>. Acesso em: 10 ago. 2023.

CARPILOVSKY, Alexia. Passabilidade: a aparência também como barreira para trans no trabalho. **Colabora - Jornalismo sustentável**, 2020. Disponível em:

<https://projetocolabora.com.br/ods5/passabilidade-a-aparencia-tambem-como-barreira-para-trans-no-mercado-trabalho/>. Acesso em: 11 abr. 2023.

COSTA, Felipe Franklin Anacleto da. Os efeitos da passabilidade: as diferentes experiências de mulheres travestis e transexuais e homens no trabalho. *In*: ZAMBONI, Marcela et al (org.). **Sexualidade e gênero: controle e subversão**. João Pessoa: Editora da UFPB, 2020.

COURTINE, Jean-Jackes. O chapéu de Clémentis. *In*: INDURSKY, Freda; FERREIRA, Maria Cristina Leandro (org.). **Os múltiplos territórios da Análise do Discurso**. Porto Alegre: Sagra Luzzato, 1999. p. 15-22.

DUQUE, Tiago. **Gêneros incríveis**: um estudo sócio-antropológico sobre as experiências de (não) passar por homem e/ou mulher. Salvador, BA: Editora Devires, 2019.

DUQUE, Tiago. A epistemologia da passabilidade: dez notas analíticas sobre experiências de (in)visibilidade trans. **História Revista**, Goiânia, v. 25, n. 3, p. 32-50, 2020.

FAVERO, Sofia. **Crianças trans**: infâncias possíveis. Simões Filho, BA: Devires, 2021.

FELIPE, Jane. Entre tias e tiazinhas: pedagogias culturais em circulação. *In*: SILVA, Luiz Heron da (org.). **Século XXI – qual o conhecimento? Qual currículo?** Petrópolis, RJ: Vozes, 1999. p. 167-179.

FELIPE, Jane. *Scripts* de gênero, sexualidade e infâncias: temas para a formação docente. *In*: ALBUQUERQUE, Simone Santos; FELIPE, Jane; CORSO, Luciana Velinho (org.). **Para pensar a docência na Educação Infantil**. Porto Alegre: Evangraf, 2019. p. 238-250.

FELIPE, Jane; GUIZZO, Bianca Salazar. "Minha mãe me vestiu de Batman, mas eu sou a Mulher Gato": discussões sobre scripts de gênero, sexualidade e infâncias. *In*: Fernando Seffner; Jane Felipe. (org.). **Educação, gênero e sexualidade: (im)pertinências**. Rio de Janeiro: Vozes, 2022. p. 56-74.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade**: a vontade de saber. Rio de Janeiro: Graal, 1977.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

GOELLNER, Silvana Vilodre. A produção cultural do corpo. *In*: LOURO, Guacira; FELIPE, Jane; GOELLNER, Silvana. **Corpo, gênero e sexualidade**: um debate contemporâneo na educação. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008. p. 28-40.

GOELLNER, Silvana Vilodre. A educação dos corpos, dos gêneros e das sexualidades e o reconhecimento da diversidade. **Cadernos de Formação RBCE**, v. 1, n. 2, Brasília, p. 71-83, 2010.

GUIZZO, Bianca Salazar; FELIPE, Jane. Rompendo com os scripts de gênero e de sexualidade na infância. *In*: SARAIVA, Karla; GUIZZO, Bianca Salazar (org.). **Educação em um mundo em tensão**: insurgências, transgressões, sujeições. Canoas: Ulbra, 2017. p. 219-228.

JESUS, Jaqueline Gomes de. **Orientações sobre identidade de gênero**: guia técnico sobre pessoas transexuais, travestis e demais transgêneros, para formadores de opinião. Brasília, DF: [S.l.], 2012.

KAPLAN, Howard. Social psychological perspectives on deviance. **Handbook of Social Psychology**, New York, 2006, p. 451-478.

KULICK, Don. **Travestis**: prostituição, sexo, gênero e cultura no Brasil. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2008.

LANZ, Letícia. **O corpo da roupa**: a pessoa transgênera entre a conformidade e a transgressão das normas de gênero. Curitiba: Transgente, 2017.

LARROSA, Jorge. Tecnologías del yo y educación. Notas sobre la construcción y la mediación pedagógica de la experiencia de si. *In*: LARROSA, Jorge. **Escuela, poder y subjetivación**. Madrid: La Piqueta, 1995. p. 255-329.

LOURO, Guacira Lopes. **O corpo educado**: pedagogias da sexualidade. Belo Horizonte, MG: Autêntica, 2000.

LOURO, Guacira Lopes. Corpos que escapam. **Labrys Estudos Feministas**, v. 4, n. 4, 2003. Disponível em:

<https://www.labrys.net.br/labrys4/textos/guaciral.htm#notium>. Acesso em: 28 maio 2023.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação**: uma perspectiva pós-estruturalista. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.

LOURO, Guacira Lopes. Gênero e sexualidade: pedagogias contemporâneas. **Pro-Posições**, v. 19, n. 2, p. 17-23, 2008.

MODESTO, Rubens Gonzaga. **Sobre coragem e resistência**: contando a história de Leona, professora e mulher trans. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal de Ouro Preto, Mariana/MG, 2017.

MOIRA, Amara. Destino Amargo. *In*: MOIRA, Amara *et al.* **Vidas trans**: a coragem de existir. Bauru, SP: Astral Cultural, 2017. p. 17-55.

PELÚCIO, Larissa. Próteses, desejos e glamour: tecnologias de si na construção de corpos travestis no mercado do sexo transnacional. *In*: SANTOS, Luís Henrique Sacchi dos; RIBEIRO, Paula Regina Costa (org.). **Corpo, gênero e sexualidade**: instâncias e práticas de produção nas políticas da própria vida. Rio Grande, RS: FURG, 2011. p. 77- 86.

PRECIADO, Paul. **Um apartamento em Urano**: crônicas da travessia. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

QUEIROZ, Beatriz. Mirella Santos revela ter sido confundida com mulher trans em Dubai. **Metrópoles**, 2022. Disponível em: <https://www.metropoles.com/celebridades/mirella-santos-revela-ter-sido-confundida-com-mulher-trans-em-dubai>. Acesso em: 17 abr. 2023.

REIDEL, Marina. **A pedagogia do salto alto**: histórias de professoras transexuais e travestis na educação brasileira. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2013.

SANTOS, Paulo Reis dos. **Entre necas, peitos e picumãs**: subjetividade e construção identitária entre as travestis do Jardim Itatinga. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2008.

SANTOS, Dayana Bruneto Carlin dos. **Docências trans***: entre a decência e a abjeção. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2017.



SEDGWICK, Eve. How to bring your kids up gay. **Social Text**, London, n. 29, p. 69-81, 1991.

ZAMBRANO, Elizabeth. Parentalidades "impensáveis": pais/mães homossexuais, travestis e transexuais. **Horizontes antropológicos**, Porto Alegre, v. 12, n. 26, p. 123- 147, 2006.

Recebido em 07 de junho de 2023.

Aprovado em 10 de setembro de 2023.